

PALOMANES, Roza; BRAVIN, Angela Marina (orgs.). **Práticas de Ensino do Português**. São Paulo: Contexto, 2012.

Fernanda da Silva RIBEIRO<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** Língua portuguesa; Ensino; Reflexão.

**Keywords:** Portuguese language; Teaching; Reflection.

O livro **Práticas de Ensino do Português** objetiva levar professores, tanto os graduados, como os ainda em formação, à reflexão sobre o ensino da língua nas escolas. A obra, composta de 270 páginas e publicada pela Editora Contexto em 2012, é fruto de anos de experiência de professores-pesquisadores, os quais visam a dar contribuições para a atualização de professores dos níveis fundamental e médio no tocante à prática docente, além de oferecer sugestões de atividades e abordagem de conteúdo que possam viabilizar o aprimoramento do ensino.

As organizadoras, Roza Palomanes e Angela Marina Bravin, atuam no ensino de língua portuguesa há anos, estando sempre envolvidas em pesquisas tocantes ao idioma. Roza Palomanes é doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, atualmente, é professora adjunta desta área na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), integrando o corpo docente do curso de Letras. É pesquisadora e uma das coordenadoras do Grupo COGNIDIN – Cognição, Discurso e Interação – da UFRRJ. Participa do Grupo de Estudos Discurso & Gramática da UFRJ, coordena o NEPROEN – Núcleo de Elaboração de Projetos de Ensino, na UFRRJ, e é coordenadora geral do curso de Pós-graduação *lato sensu* a distância (convênio CECIERJ/UFRRJ). Além disso, é coautora do livro **Manual de Linguística**, organizado por Mário Martelotta, publicado pela Editora Contexto em 2010.

Angela Marina Bravin é mestre e doutora em Letras Vernáculas pela UFRJ e também compõe o corpo docente do Departamento de Letras e Comunicação Social da UFRRJ, lecionando disciplinas da área de Língua Portuguesa. Atualmente, desenvolve pesquisas acerca da indeterminação do sujeito em textos acadêmicos, com base na

---

<sup>1</sup> Graduanda da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica-RJ. Correio eletrônico: fernandaribeiro9@yahoo.com.br.

Sociolinguística Variacionista, e é membro do grupo de pesquisa ESAELP (Estudos Sociolinguísticos Aplicados ao Ensino de Língua Portuguesa). É, também, autora de diversos artigos científicos publicados em periódicos brasileiros.

O livro apresenta onze capítulos escritos por diferentes professores-pesquisadores, distribuídos em três partes, e cada trabalho relaciona-se ao ensino de um diferente aspecto da língua portuguesa. Na parte intitulada **Um pouco de teoria**, encontra-se **Sobre processamento cognitivo e aquisição de conhecimento**. Em **Ensino de língua portuguesa: novas perspectivas**, tem-se a oportunidade de conhecer oito diferentes visões, experiências e propostas que visam a enriquecer a prática dos docentes: **O paradigma cognitivista e o ensino**; **Modelos de leitura e interpretação de texto**; **Variação linguística e o estudo da indeterminação do sujeito nas escolas brasileiras**; **Clíticos acusativo e dativo no ensino de língua padrão**; **Integração de sentido e forma na morfossintaxe do português**; **Relações sintático-semânticas da oração**; **Advérbios e o ensino de classes de palavras** e **Processos nominais e o ensino**. A obra traz, também, uma seção denominada **Casos especiais**, a qual apresenta os trabalhos intitulados **O letramento de sujeitos típicos e atípicos** e **O ensino de língua portuguesa para surdos**.

Roza Palomanes inicia o capítulo **Sobre processamento cognitivo e aquisição de conhecimento** discorrendo e refletindo acerca da prática docente nas escolas públicas no século vinte e um. Face a isso, Palomanes apresenta a seus leitores alguns conceitos e teorias de suma importância, os quais possibilitarão segurança ao docente para que este desenvolva atividades que propiciem uma reflexão acerca de seu método de ensino a fim de que, desse modo, ele possa alcançar com eficácia seus propósitos educativos.

A autora traz ao leitor um pouco da história do sistema educacional brasileiro e levanta um ponto importante no que tange à desigualdade linguística vivenciada na escola. Apesar de ser papel do professor fornecer aos alunos não só o acesso à norma culta padrão, mas também possibilitar-lhes o contato com diversas culturas e variedades linguísticas, o que se vê, na verdade, é uma maior atenção dada aos indivíduos pertencentes à classe dominante, os quais chegam

à sala de aula dominando a norma culta e conhecimentos gerais, o que lhes atribui vantagem sobre os que não tiveram acesso a muitos recursos. O desconhecimento de palavras e estruturas da norma culta impede que esses estudantes acessem outros saberes e avancem em seu desenvolvimento intelectual.

Em se tratando do processo de construção do conhecimento, a autora expõe a visão de diferentes estudiosos acerca de como este é adquirido. Assim, teorias como as de Piaget, Bruner, Vygotsky e David Ausubel são apresentadas. Contudo, pode-se afirmar que a mais importante delas é a teoria das Múltiplas inteligências de Gardner. Os estudos desse autor são fundamentais, porquanto o professor, ao perceber as inteligências que mais se destacam em seus alunos, pode explorá-las, alcançando, assim, maior sucesso com relação ao ensino.

Palomanes apresenta aos estudiosos, ainda, as principais teorias no tocante à aquisição da linguagem: a hipótese behaviorista, ou comportamentalista, de Watson e Skinner; a teoria do inatismo, proposta por Noam Chomsky, além do Sociointeracionismo.

No capítulo seguinte, denominado **O paradigma cognitivista e o ensino**, Palomanes propõe ao docente aplicar conhecimentos construídos com base na Linguística Cognitiva, área em que a autora é especialista, ao ensino de línguas. Para tanto, ela apresenta ao leitor os princípios básicos dessa corrente teórica, atribuindo ao significado grande destaque. Para a Linguística Cognitiva, o significado *“não constitui um reflexo objetivo do mundo exterior; na verdade, é uma forma de modelá-lo.”* (p. 35, grifo da autora).

Após apresentar os principais pressupostos da Linguística Cognitiva a seu público, a autora os aplica ao ensino de língua portuguesa, oferecendo variadas e ricas sugestões de atividades as quais despertem a criatividade do docente para a elaboração de material que possa ser de grande acréscimo a sua prática. Do mesmo modo, apresenta aos graduandos e graduados em Letras sugestões de atividades que objetivam levar o aluno a reconhecer e selecionar determinadas estruturas linguísticas adequadas à intenção comunicativa e ao contexto.

O capítulo seguinte oferece uma reflexão acerca do ensino da leitura em nossas escolas e da forma com a qual atividades de interpretação de texto são elaboradas e aplicadas em sala. O aluno é

apresentado a exercícios que não o levam à reflexão, fato que prejudica seu desenvolvimento cognitivo. Gerson Rodrigues, autor do capítulo **Modelos de leitura e interpretação de texto**, foi professor das redes estadual, municipal e privada de ensino como professor de língua portuguesa. É mestre pela UFRJ e doutor pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e, atualmente, integra o corpo docente do curso de Letras da UFRJ. Faz parte do Núcleo de Interfaces Gramaticais, do qual é um dos coordenadores e em que estuda a interface sintaxe-semântica nos processos de mudança linguística no português brasileiro.

O autor trata da falta de diálogo entre a comunidade acadêmica e os profissionais da educação, discutindo a importância dessa interlocução para as pesquisas de estudiosos da linguagem. Essa é uma situação que preocupa não só Rodrigues, mas também nossos professores. Uma vez que a prática escolar não se faz sequer presente nas discussões que norteiam o meio acadêmico, é quase impossível que os professores em atuação tenham contato com textos e material que viabilize o ensino de modo cada vez mais aprimorado e, também, aos pesquisadores é negado o contato com a prática escolar, sendo impedidos de desenvolver teorias e trabalhos que tragam ricas contribuições ao ensino.

Para que se alcance esse diálogo, o leitor é apresentado a modelos de leitura e interpretação de textos que são adequados aos ensinos fundamental e médio. Desse modo, Rodrigues apresenta atividades de interpretação de texto, provenientes de compêndios didáticos recentes adotados pelas escolas. O professor/leitor tem a oportunidade de se envolver na análise de cada texto-base e nas perguntas que o seguem, apontando, junto ao autor, falhas na elaboração das questões e sua consequência no tocante ao desenvolvimento das habilidades cognitivas do aluno.

Rodrigues seleciona dois gêneros textuais para sua análise. Em se tratando do gênero **diário pessoal**, o pesquisador explora os comandos dados pelos autores em suas perguntas, criticando a superficialidade que há por trás dos enunciados, e sugere reformulações e mudanças, as quais resultem em desafios que o aluno consiga ultrapassar, lançando mão de suas capacidades cognitivas para a realização das atividades.

O segundo gênero textual é apresentado em uma seção distinta, sob o título de **Um gênero diferente**. Tomando como base um poema,

as questões apresentadas pelo livro didático são criticadas pelo autor por apresentarem comandos que exigem uma atitude mais mecanizada e superficial dos alunos no processo de interpretação.

Para que o docente possa obter melhores resultados e produtividade em sala de aula, Rodrigues oferece sugestões de atividades que envolvam conceitos como a **metáfora**, a **mesclagem** e a **teoria dos espaços mentais**, estudados no âmbito da Linguística Cognitiva, a fim de que o professor possa tirar o máximo proveito das habilidades cognitivas de seus discentes.

Na seção **Variação linguística e Parâmetros Curriculares Nacionais**, presente no capítulo **Variação linguística e o estudo da indeterminação do sujeito nas escolas brasileiras**, Angela Marina Bravin critica a maneira com que o fenômeno da variação linguística é abordado em sala de aula e, também, apresenta as variações fonológicas como fenômenos que deixam de ser mencionados e discutidos em sala, resultando no não conhecimento pelo estudante de importantes fenômenos da língua.

A autora divide seu texto em cinco seções que tratam da indeterminação do sujeito sob diferentes aspectos, dando ao leitor a oportunidade de estudar e entender separadamente cada ponto que norteia o ensino desse tópico gramatical nas escolas brasileiras. Em uma dessas seções, a professora discorre acerca dos fatores que prejudicam o entendimento do discente com relação ao sujeito indeterminado.

Por meio da análise da gramática de Cunha e Cintra (2008), Bravin observa que os exemplos adotados provêm de narrativas literárias, o que explica a dificuldade dos alunos em entender a definição de sujeito indeterminado. Os exemplos que o compêndio gramatical apresenta não se aproximam de nossa escrita, tampouco da fala, ainda que monitorada, e o fato de os livros didáticos se pautarem em gramáticas normativas para descrever e ilustrar diferentes pontos gramaticais prejudica a compreensão do estudante, porquanto as construções utilizadas como exemplo podem não ser conhecidas por ele. Bravin, ainda, expõe os critérios utilizados a fim de conceituar as formas de indeterminação do sujeito como outro fator que dificulta o aprendizado.

O autor do capítulo **Clíticos acusativo e dativo no ensino de língua padrão**, Gilson Costa Freire, é graduado em Letras pela

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com mestrado e doutorado em Letras Vernáculas pela UFRJ. Trabalhou por dez anos como professor efetivo do ensino fundamental nas redes municipais do Rio de Janeiro e de Duque de Caxias, passando também pela Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro como professor do ensino médio. Atualmente é professor adjunto do Departamento de Letras e Comunicação da UFRRJ, no qual atua na formação de professores de Língua Portuguesa.

O capítulo traz uma contribuição significativa aos estudos sociolinguísticos, uma vez que trata do uso dos clíticos acusativo e dativo nas modalidades oral e escrita da Língua Portuguesa. A pesquisa, resultado dos estudos de mestrado e doutorado de Freire, também propõe uma discussão e reflexão concernentes ao ensino desses clíticos com base na tradição escolar, com o objetivo de verificar até que ponto as estratégias de ensino apresentadas por livros didáticos são eficazes para o ensino desses clíticos.

Mariangela Rios de Oliveira, em **Integração de sentido e forma na morfossintaxe do português**, traz uma proposta inovadora de ensino do português, no âmbito da sintaxe e da morfologia, com base nas chamadas **Unidades Pré-Fabricadas** (UPF). A autora é professora associada da UFF, com doutorado em Letras Vernáculas - Língua Portuguesa pela UFRJ. É editora da **Revista Gragoatá**, pesquisadora do CNPq, secretária executiva da ANPOLL e coordenadora geral do Grupo de Estudos Discurso & Gramática. É autora e coautora de livros e organizadora de coletâneas de capítulos e artigos na área dos estudos morfossintáticos do português na vertente funcionalista e na interface com o ensino de português.

Oliveira defende a necessidade do uso das UPF para a integração de sentido e forma no ensino da morfossintaxe, com base em estudiosos de renome. Um ponto importante levantado pela autora remete ao fato de que, embora tais unidades não sejam encontradas em compêndios gramaticais sob o rótulo de UPF, elas existem, e autores renomados defendem a importância do seu estudo e ensino para o reconhecimento de estruturas concernentes à escrita, implicando, por conseguinte, o aperfeiçoamento nessa modalidade. A autora dialoga com estudiosos de renome, como Azeredo (2008), Castilho (2010), Perini (2010) e Câmara Jr. (1998) a fim de mostrar ao leitor a relevância das UPF para

o ensino da modalidade escrita padrão.

Oliveira apresenta e discorre acerca das UPF lexical, gramatical, pragmática e reduzida, os quatro tipos de UPF existentes no português. Ao final, sugere uma proposta de tratamento dessas unidades em sala de aula, objetivando demonstrar a seu leitor como o trabalho com as UPF pode ser profícuo no sentido de possibilitar ao aluno um melhor desempenho nas atividades e reflexão acerca do português, em termos da interface fala x escrita.

O leitor é apresentado, em seguida, ao capítulo **Relações sintático-semânticas da oração**, de autoria de Angélica Furtado da Cunha e Edvaldo Balduino Bispo. A autora é doutora em linguística pela UFRJ e professora titular dessa disciplina na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É líder do Grupo de Estudos Discurso & Gramática da UFRN, organizadora, coautora e tradutora de livros na área de Linguística Funcional e também coautora do livro **Manual de Linguística**, publicado pela Editora Contexto. Edvaldo Balduino Bispo é doutor em Estudos da Linguagem pela UFRN e professor de Língua Portuguesa na mesma instituição. Suas pesquisas focalizam questões morfossintáticas do português brasileiro e ensino de língua materna em perspectiva funcional, área em que tem publicado vários artigos.

No capítulo, Cunha e Bispo abordam as relações entre a transitividade do verbo e a organização estrutural da oração, com foco nos verbos transitivos diretos, e tratam das relações entre sintaxe e semântica responsáveis pela configuração formal da oração, com base no significado do verbo e nos papéis semânticos dos argumentos por ele selecionados.

Os pesquisadores reservam uma seção para tratar da transitividade sob a ótica da linguística cognitivo-funcional. Em seguida, apresentam uma análise do fenômeno da transitividade e suas diversas manifestações em gêneros de discurso, caracterizados pelo predomínio de sequências narrativas. Analisam, ainda, dados extraídos do **Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita da cidade do Natal** (FURTADO DA CUNHA, 1998).

Os autores fazem uma importante crítica no que tange ao ensino da gramática em sala de aula. Os alunos são expostos a nomenclaturas e a exercícios que os levam a identificar a função sintática dos termos da oração, sem, no entanto, considerá-la dentro de um contexto.

Dessa maneira, o ensino da gramática dá-se de modo artificial, não permitindo aos estudantes entender que “as relações entre formas e funções dependem da gama de fatores que interferem a cada interação comunicativa.” (p. 154).

As autoras de **Advérbios e o ensino de classes de palavras** são Deise Moraes Pinto e Karen Sampaio Alonso. Deise Moraes Pinto é pesquisadora associada ao Grupo de Estudos Discurso & Gramática (UFRJ) e professora adjunta da UFRJ. É licenciada em Português/Inglês, mestre e doutora em Linguística pela UFRJ e atua na área de Linguística Funcional. Karen Sampaio Alonso é professora adjunta do Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ. É licenciada em Português/Literaturas e mestre e doutora em linguística pela mesma instituição. A autora atua na área de Linguística Cognitivo-Funcional e de Linguística Histórica. É coautora do livro **Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas**, publicado pela Contexto.

No capítulo, Pinto e Alonso propõem um diferente tratamento das classes de palavras, em vista dos questionamentos que ainda se fazem presentes na pauta de pesquisadores. Embora, segundo as autoras, com base em uma pesquisa feita na década de noventa, o conteúdo ministrado nas aulas de língua portuguesa volte-se, em sua maioria, ao ensino das classes de palavras, ainda há dúvidas quanto a sua classificação. Com isso, as pesquisadoras tentam responder às perguntas **Por que classificar?** e **Como classificar?**

As autoras fazem a análise de três gramáticas normativas dos autores Cunha e Cintra (1985), Bechara (1999) e Rocha Lima (1991), trazendo ao leitor diferentes interpretações a respeito da classificação dos advérbios.

Mônica Piza é autora do capítulo **Processos nominais e o ensino**. Professora adjunta I do departamento de Letras e Comunicação da UFRRJ, possui graduação em Letras – Português/Inglês pela Federação das Faculdades Celso Lisboa, é mestre em Língua Portuguesa pela UFRJ e doutora em Língua Portuguesa pela mesma instituição. Participa como pesquisadora do Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português (NEMP) pela UFRJ e é líder do Núcleo de Interfaces Gramaticais (NIG) pela UFRRJ. Foi durante dezesseis anos professora da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro para o Ensino Fundamental II. Participa como avaliadora de exames vestibulares no Rio de Janeiro, tais como:

UERJ, UFRJ, CEDERJ e ENEM.

Por meio de seus estudos, Piza objetiva demonstrar que Derivação e Flexão não são processos estanques em português. No capítulo, a pesquisadora, orientada pelo pensamento de Bybee (1985), expõe as discussões em pauta no meio acadêmico concernentes às dificuldades de se enquadrar as categorias de gênero, número e grau dentro dos processos flexionais ou derivacionais. As análises vistas hoje provam que não há fenômenos tipicamente caracterizados como Flexão ou Derivação e, sim, um *continuum*, de maneira que ambas constituem um processo único.

Utilizando como base os principais compêndios de morfologia, a autora faz um levantamento de características que melhor posicionem cada uma das categorias – gênero, número e grau – dentro do *continuum* Flexão/Derivação.

Para a autora, há dificuldade em classificar as palavras, porquanto “nem sempre é simples rotulá-las, pô-las em gavetas, nas quais fiquem bem comportadas e acomodadas.” (p. 203). É nessas palavras não comportadas e não acomodadas que os estudos atuais focam suas análises. Partindo do pressuposto de que não há como categorizar determinados processos como tipicamente flexionais e/ou derivacionais, há uma grande preocupação acerca de como os livros didáticos levam o assunto para as salas de aula. Tais compêndios escolares o fazem de forma satisfatória? Esse é, também, o questionamento da pesquisadora.

O penúltimo capítulo do livro, **O letramento de sujeitos típicos e atípicos**, traz ao professor importantes contribuições e reflexões relativas à alfabetização e ao letramento de indivíduos portadores de distúrbios, como a dislexia, além daqueles que têm Síndrome de Down (atípicos), bem como os indivíduos ditos “normais” (típicos). A autora, Maria Cecília Mollica, atua nos programas de Pós-graduação em Linguística (UFRJ) e em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ), além de fazer parte do corpo docente do curso de Fonoaudiologia da Faculdade de Medicina da UFRJ. Tem vários livros publicados como autora, coautora, e é organizadora de artigos em revistas nacionais e internacionais. Algumas de suas produções incluem **Da Linguagem Coloquial à Escrita Padrão**, publicada pela 7Letras, **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação, Fala, letramento e inclusão social** e **Linguagem para formação em Letras, Educação**

e **Fonoaudiologia**, publicadas pela Contexto.

O capítulo também conta com três coautorias. Cyntia Patusco é doutora em Linguística pela UFRJ e professora adjunta do curso de Letras da UniverCidade, atuando, principalmente, nas seguintes áreas: fonética e fonologia, patologias da linguagem e alfabetização e letramento. Andressa Ribeiro e Gabrielle Costa Lourenço são acadêmicas de Fonoaudiologia da Faculdade de Medicina da UFRJ e bolsistas do projeto Migração Social, Redes Sociais, Acomodação, Variação e Mudança, sob a orientação de Maria Cecília Mollica.

Uma importante distinção feita por Mollica *et al.* tange aos termos **alfabetização** e **letramento**, porquanto ambos são constantemente tratados como sinônimos no Brasil. A partir dessa diferenciação, Mollica *et al.* e outros teóricos, como Soares (2003), defendem a importância do processo de alfabetização, indo de encontro a teorias construtivistas, as quais postulam que alfabetizar consiste na interação do sujeito com o meio, preterindo qualquer tipo de proposta didática que não esteja vinculada ao uso social da palavra.

O papel atribuído à consciência fonológica é o principal foco das autoras. Mollica *et al.* ressaltam a sua importância na alfabetização, e sua relevância no desenvolvimento de sujeitos atípicos, como os portadores de Síndrome de Down. Ainda, em uma seção, apresentam atividades práticas que visam a atenuar déficits de lectoescrita durante o processo.

O capítulo apresenta uma seção para discorrer acerca de distúrbios de leitura e escrita, familiarizando o leitor com os conceitos de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDA-H), Disgrafia e Dislexia. As autoras, também, tratam de **Estímulo e educação inclusiva** e **Testes de enunciação, leitura e escrita**.

**Práticas de Ensino do Português** termina com o capítulo **O ensino de língua portuguesa para surdos**. Sua autora, Ana Carla Ziner Nogueira, é professora da UFRRJ, com pesquisa em Estudos Linguísticos e Educação de Surdos: Estudo linguístico em Libras, ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa por escrito (L2) para surdos e educação inclusiva para surdos em ensinos básico e superior. A linha de pesquisa é fruto de sua experiência com o ensino de Língua Portuguesa em sistema estadual de ensino. É mestre pela UFRJ, em programa de Pós-graduação em Linguística, com concentração na área de Língua

e Sociedade e especialista em Língua Portuguesa: Estudos de texto, também pela UFRJ.

A autora fala do insistente preconceito com relação à pessoa surda, uma vez que ela ainda é vista como deficiente, portadora de necessidades especiais e que, por essa razão, não é capaz de alcançar o desenvolvimento intelectual da mesma maneira que o indivíduo falante e ouvinte o faz.

Nogueira traça um breve histórico a respeito da educação de surdos no Brasil e, ainda dentro desse recorte, são mencionados o surgimento da primeira escola para surdos em Paris e a fundação, no Rio de Janeiro, do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Na seção intitulada **Uma proposta teórico-metodológica em função do bilinguismo no contexto da surdez**, a autora auxilia o professor no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo, com base no entendimento de esquemas primordiais e necessários ao alcance do domínio da modalidade escrita e da habilidade de leitura: o conhecimento de mundo, o conhecimento do sistema linguístico e o conhecimento esquemático do texto, reforçando o papel da LIBRAS como ponte para o aprendizado dessas habilidades pelo surdo. A autora, ainda, trata da prática de letramento de surdos e convida o leitor à reflexão no tocante às filosofias educacionais para surdos, por meio de uma proposta de atividade.

**Práticas de Ensino do Português** é o resultado da reflexão de professores-pesquisadores, ao longo de vários anos, em relação ao ensino da língua nos níveis fundamental e médio. É uma obra que traz críticas pertinentes quanto ao atual ensino da Língua Portuguesa, nos seus mais variados aspectos, e propostas que visam a auxiliar e trazer segurança ao docente, possibilitando-o ir à busca de atualização, e, assim, levando-o ao aprimoramento de sua prática em sala de aula. Ao mesmo tempo, apresenta conhecimentos teóricos relevantes para o amadurecimento e reflexão do futuro professor de língua portuguesa, sendo essencial à sua formação. A obra é recomendada a professores e estudantes de Letras.

Recebido em 24 de dezembro de 2013.

Aceito em 13 de maio de 2014.